

Autos Extrajudiciais n. 202100200799

Recomendação 2021003081766

### RECOMENDAÇÃO CONJUNTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**, por seus representantes que esta subscrevem, no exercício das atribuições conferidas pelo artigo 129, incisos II e III, e artigo 196 da Constituição Federal, artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625/93 e artigo no artigo 47, inciso VII, da Lei Complementar Estadual n 25/98 e nos termos da Resolução n.º 09, de 27 de agosto de 2018, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, bem como nas demais normas que regulamentam a matéria, e

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal, entre os quais o direito à saúde, previsto no artigo 196 da Norma Ápice, sendo certo que a vida é o bem maior a ser protegido pela ordem jurídica, devendo ser prioridade para todo gestor público, sobretudo em época de pandemia;

**CONSIDERANDO** que em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia para o Coronavírus<sup>[1]</sup>, ou seja, momento em que uma doença se espalha por diversos continentes com transmissão sustentada entre humanos, bem como a situação de calamidade pública imposta ao Estado de Goiás com a chegada da pandemia da COVID-19, com edição de vários atos normativos, em especial o Decreto Legislativo nº 501, de 20/03/2020;

**CONSIDERANDO** a expressa determinação do artigo 3º, § 1º, da Lei nº 13.979/2020, ao determinar que as medidas para o enfrentamento da pandemia provocada pela infecção humana pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2) "**somente poderão ser determinadas com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde e deverão ser limitadas no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública**";

**CONSIDERANDO**, de igual forma, a necessidade de observância do que estabelece o Decreto Estadual nº 9.848, de 13 de abril de 2021 e suas alterações, dentre outras medidas, a reiteração da situação de emergência na saúde pública no Estado de Goiás;

**CONSIDERANDO** que o Supremo Tribunal Federal, instado a se manifestar sobre a divisão constitucional de competência legislativa entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal, na edição de atos normativos voltados ao enfrentamento da COVID-19, assegurou o exercício da competência concorrente aos Governos Estaduais e Distrital e suplementar aos Governos Municipais (ADI 6341 e ADPF 672), amparando-se nos princípios da precaução e da prevenção, pelos quais, havendo qualquer dúvida científica acerca da adoção da medida sanitária de distanciamento social, a questão deve ser solucionada em favor do bem saúde da população (ADPF nos 668 e 669), autorizando os Municípios, no exercício de sua competência legislativa suplementar, apenas intensificar o nível de proteção estabelecido pela União e Estado, mediante a edição de atos normativos que venham a tornar mais restritivas as medidas concebidas pelos referidos entes federativos;

**CONSIDERANDO** que o art. 4º do Decreto Estadual nº 9.848, de 13 de abril de 2021 prevê que os municípios goianos, no exercício de sua competência concorrente, desde que fundamentados em nota técnica da autoridade sanitária local, respaldada em avaliação de risco epidemiológico diário das ameaças (fatores como a incidência, mortalidade, letalidade etc) e vulnerabilidades (fatores como disponibilidade de testes, leitos com respiradores, recursos humanos e equipamentos de proteção individual), poderão, sob sua responsabilidade sanitária, impor **restrições adicionais ou flexibilizar** as existentes para a abertura de atividades econômicas, ou sociais, ou particulares;

**CONSIDERANDO** ainda que o referido artigo impõe que a faculdade de flexibilização das medidas restritivas previstas **não poderá ser utilizada quando o município estiver situado em região com situação classificada como de calamidade**, segundo o mapa de risco divulgado pela Secretaria de Estado da Saúde, e que a faculdade de flexibilização das medidas restritivas previstas somente poderá ser utilizada quando o município estiver situado em região com situação classificada como crítica ou de alerta, sendo que na hipótese de aumento dos casos notificados de infecção por COVID-19 em quantidade capaz de colocar em risco a capacidade de atendimento hospitalar da região, o Estado poderá intervir com novas medidas de restrição.

**CONSIDERANDO** o teor do Plano Estadual de Contingência para o Enfrentamento da Infecção Humana pelo novo coronavírus, que prevê, dentre seus objetivos específicos, o estabelecimento de atuação coordenada, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e demais setores envolvidos, na perspectiva de conferir a devida e eficiente resposta aos casos;

**CONSIDERANDO** que, inobstante as tentativas de contenção da pandemia da COVID-19, chegou ao conhecimento deste órgão ministerial, quando da reunião do COE - Centro de Operações de Emergências, que **o Estado de Goiás** pode ser indicado para receber eventos relacionados à COPA AMÉRICA;

**CONSIDERANDO** que, no dia de hoje, 02 de junho de 2021, o COE - Centro de Operações de Emergência do Estado de Goiás deliberou, por unanimidade, no sentido de orientar o Governo de Goiás a não realizar eventos dessa magnitude em nosso Estado;

**CONSIDERANDO** que no dia de hoje, **o ESTADO DE GOIÁS, sob sua gestão**, está com 87,46% de ocupação de leitos de UTI para casos da COVID-19 e com 62,85% dos leitos de Enfermaria ocupados para casos da COVID-19 e o MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, está com 72,33% de ocupação de leitos de UTI para os casos de COVID-19 e com 72,86% dos leitos de Enfermaria ocupados para casos da COVID-19<sup>[2]</sup>.

**CONSIDERANDO** que contemporaneamente à notícia de que Goiânia sediará jogos da Copa América 2021 a imprensa local, periódico O Popular, 31/05/2021, noticiou à sociedade goiana o agravamento da COVID-19 no Estado de Goiás. O periódico O Popular, que circulou em 31/05/2021, divulgou que "*O mapa de risco de Covid-19, divulgado semanalmente desde fevereiro pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), mostra que após sete semanas de alta na taxa de contágio, a taxa de ocupação dos leitos de UTI na rede particular se mantém numa tendência de alta e na rede estadual encerrou a queda que vinha sendo observada desde o final de abril. O período coincide também com o de flexibilização das medidas restritivas por parte do governo estadual e das prefeituras goianas*".

**CONSIDERANDO**, ademais, que na matéria jornalística mencionada, o Dr. Haikal Helou, médico, presidente da Associação dos Hospitais Privados de Alta Complexidade de Goiás (Ahpaceg), que "no momento, o que está chamando mais a atenção ainda não é a intensidade dos casos e da demanda por internações, mas a velocidade com que estes números vêm crescendo. Segundo o médico, na rede particular, a taxa de ocupação cresceu 15 % (quinze por cento) em menos de 10 dias. "O negócio está rápido. Aumentou a presença em pronto-socorro, aumentaram as internações, aumentaram os exames, tudo indica que estamos em

uma curva ascendente".

**CONSIDERANDO** que diante do agravamento da COVID-19 nesta capital o Prefeito de Goiânia Rogério Cruz editou os Decretos n<sup>os</sup> **3.109 e 3.110**, de **27/05/2021 e 29/05/2021**, respectivamente, por meio dos quais elegeram medidas mais restritivas para o exercício de atividades comerciais, de prestação de serviços e de cultos religiosos.

**CONSIDERANDO** que nos termos do art. 4º do Decreto Estadual nº 9.848, de 13 de abril de 2021 e suas alterações, **a responsabilidade sanitária**, decorrente de maior restrição ou flexibilização em relação às regras estaduais, **é do Estado**, ou seja, o Governado do Estado e os dirigentes da saúde devem se atentar para o compromisso público (garantia do acesso integral e universal - art. 196 da Constituição Federal) no âmbito do Sistema Único de Saúde;

**CONSIDERANDO** que a autonomia e a discricionariedade dos atos públicos são diretamente proporcionais ao nível de garantia dos direitos fundamentais das pessoas, razão pela qual o poder público existe;

**RESOLVE:**

**I - RECOMENDAR** ao **Governador do ESTADO DE GOIÁS** e ao **Secretário de Saúde do Estado de GOIÁS** que adotem medidas para **IMPEDIR** a realização de qualquer evento relacionado à COPA AMÉRICA em GOIÂNIA-GO, como partida de futebol ou a hospedagem de delegações.

**II - REQUISITAR** resposta a esta Recomendação no prazo de 05 (cinco) dias, sobre as providências adotadas, o que deverá ser feito por meio do endereço eletrônico 88promotoria@mpgo.mp.br.

**Ressalta-se que "recomendar não é determinar, sendo plenamente factível que o destinatário da recomendação esteja convicto da licitude de seu comportamento e opte por não endossar o entendimento firmado pelo Ministério Público." (GARCIA, Emerson. Ministério Público, Organização, Atribuições e Regime Jurídico, 2005, p. 383).**

Goiânia/GO, 02 de junho de 2021.

**Joel Pacífico de Vasconcelos**  
Promotor de Justiça em Substituição  
88ª Promotoria de Justiça

**Heliana Godói de Sousa Abrão**  
82ª Promotoria de Justiça

**Marcus Antônio Ferreira Alves**  
53ª Promotor de Justiça

**Marlene Nunes Freitas Bueno**  
87ª Promotoria de Justiça

[1] <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812)>

[2] <https://datasets.saude.go.gov.br/docs/coronavi>CONSIDERANDO%20que%20em%2011/03/2020,%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20S

>



Documento assinado eletronicamente por **Marlene Nunes Freitas Bueno**, em 02/06/2021, às 20:13, **Marcus Antonio Ferreira Alves**, em 02/06/2021, às 20:06, **Heliana Godoi de Sousa Abrão**, em 02/06/2021, às 20:05, e **Joel Pacífico de Vasconcelos**, em 02/06/2021, às 20:01, e consolidado no sistema Atena em 02/06/2021, às 20:30, sendo gerado o código de verificação 610612a0-a628-0139-36d2-0050568b765d, conforme Ato Conjunto PGJ-CGMP n. 4/2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida mediante a leitura do QR Code.